

ARTIGO LIVRE

**PAISAGEM URBANA DO  
CENTRO DE VITÓRIA (ES)  
NO INÍCIO DO SÉCULO  
XX: A FOTOGRAFIA NO  
ARQUIVO PÚBLICO DO  
ESTADO DO ESPÍRITO  
SANTO**

*Enzo Daltoé Nepomoceno*

*Graduando no curso de Arquivologia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).*

*Maira Cristina Grigoletto*

*Doutora e Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP). Licenciada em História pela Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP). Professora do curso de Graduação em Arquivologia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).*



## Resumo

O presente artigo objetiva o (re)conhecimento, pela fotografia, de bens arquitetônicos da área central de Vitória, Estado do Espírito Santo, em meio a processos de transformação urbana ocorridos no início do século XX. Para tanto, optou-se pelo uso de fontes de informação custodiadas pelo Arquivo Público do Estado do Espírito Santo e contidas na Coleção 'Jerônimo de Souza Monteiro', acervo de fotografias do governo estadual entre os anos de 1908 e 1912. Trata-se de um estudo de natureza qualitativa, estruturado por meio de pesquisa bibliográfica e documental. Entre os resultados verificou-se que o acervo 'Jerônimo de Souza Monteiro' é uma rica fonte de informação para pesquisas sobre a história dos logradouros do Centro de Vitória no Novecentos. As conclusões indicam a importância da continuidade do tratamento dessa coleção, com base na Norma Brasileira de Descrição Arquivística, para que diferentes usuários possam obter informações relevantes sobre ausências e permanências no traçado da paisagem urbana da área central da capital capixaba.

**Palavras-chave:** Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, bens arquitetônicos, Coleção 'Jerônimo de Souza Monteiro', fotografia, Vitória.

## Abstract

This article aims at the (re)knowledge, through photograph, of architectural goods in the central area of Vitória, State of Espírito Santo, in the midst of urban transformation processes that occurred in the beginning of the 20th century. To this end, we opted for the use of information sources held by the Public Archive of the State of Espírito Santo and contained in the 'Jerônimo de Souza Monteiro' Collection, a collection of photographs by the state government between the years 1908 and 1912. It deals with it as a qualitative study, structured through bibliographic and documentary research. Among the results, it was found that the Collection 'Jerônimo de Souza Monteiro' is a rich source of information for research on the history of the public places of Centro de Vitória (ES) in the early of 20th century. The conclusions indicate the importance of continuing the treatment of this collection, based on the Brazilian Standard for Archival Description, so that different users can obtain relevant information about absences and permanences in the layout of the urban landscape of the central area of the capital of Espírito Santo.

**Keywords:** Public Archive of the State of Espírito Santo; Architectural goods; 'Jerônimo de Souza Monteiro' Collection; photograph; Vitória.

## Introdução<sup>1</sup>

A imagem fotográfica, desde a sua invenção, foi vista apenas como objeto ilustrativo. Ao longo do tempo, os usos da fotografia fizeram com que essa passasse a ser valorizada e reconhecida como documento (LACERDA, 2012). Alguns movimentos disciplinares e científicos foram importantes nesse percurso, considerando-se a ampliação da noção de documento pela Escola dos Annales<sup>2</sup> e pela Documentação<sup>3</sup>.

Parte-se, portanto, do entendimento de que o registro fotográfico tem a capacidade de materializar elementos que nem sempre estão evidentes ou inscritos nos documentos escritos. A partir da imagem fotográfica, os indivíduos conseguem obter informações a respeito da história do ambiente e dos povos que vivem ou viveram em determinadas realidades (FILIPPI; LIMA; CARVALHO, 2002).

De certo, por ser recorte de espaço-tempo, a fotografia é capaz de retratar apenas o que o autor da imagem deseja e o que a câmera consegue fotografar (SATO, 2010). Entretanto, deve-se considerar que a imagem fotográfica é um importante dispositivo para que o usuário ou leitor possa compreender certos traços e traçados do passado.

A partir desses entendimentos e, em busca do (re)conhecimento dos bens arquitetônicos que inte-

gram ou integraram a paisagem urbana de Vitória, Estado do Espírito Santo, pensou-se, além da utilização de referências bibliográficas sobre o tema, o uso de fontes de informação primárias custodiadas pelo Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES), principal instituição arquivística no âmbito estadual.

Ao pesquisar documentos relacionados à história dos logradouros da capital capixaba, na referida instituição, foi indicada a consulta à coleção fotográfica 'Jerônimo de Souza Monteiro', acervo composto por fotografias produzidas na gestão de ex-governadores do estado, entre as décadas de 1900 e 1930.

Na verificação dos representantes digitais dessa coleção, percebeu-se grande quantidade de itens fotográficos voltados às obras de remodelação do Centro de Vitória (ES), principalmente, entre os anos de 1908 e 1912. Por ilustrarem detalhadamente edifícios e espaços públicos da região, atendendo assim aos anseios deste estudo, algumas fotografias do período foram selecionadas. A saber, o escopo da pesquisa contou com dez fotografias.

Dessa forma, a abordagem do estudo foi delimitada ao perímetro reconhecido pela Prefeitura Municipal de Vitória (PMV) como Centro<sup>4</sup>. Uma observação a ser feita é que, nessa área, concentra-se a maior parte dos imóveis históricos da ilha-cidade de Vitória.

Constituiu-se, portanto, como objetivo geral da pesquisa: (re)conhecer logradouros no Centro de Vitória por meio das fotografias da coleção 'Jerônimo de Souza Monteiro' (APEES). Em relação aos objetivos específicos: apresentar características desse acervo e suas potencialidades como fonte de informação sobre a história capixaba; abordar a história dos imóveis ausentes e dos preservados no Centro de Vitória (ES); e descrever as características arquitetônicas dos imóveis retratados nas fotografias selecionadas.

A exploração do tema e a concretização dos objetivos propostos foram possíveis através de pesquisa bibliográfica e documental. De acordo com Gil

<sup>1</sup> Artigo produzido a partir do Trabalho de Conclusão de Curso em Arquivologia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), intitulado de "Os bens arquitetônicos do Centro de Vitória (ES) pela fotografia: entre ausências, permanências e patrimonialização". Aprovado pela banca examinadora em 23 de dezembro de 2019.

<sup>2</sup> Segundo Le Goff (1990), a École des Annales ou Escola dos Annales é um movimento historiográfico, do início do século XX, influenciado pelo periódico acadêmico francês "Annales d'histoire économique et sociale" (1929). Os historiadores dessa corrente defendiam a ampliação da noção de documento, posição contrária à tradição positivista vigente, até o século XIX, que considerava apenas os registros oficiais (documentos escritos) para o estudo e a descrição da História.

<sup>3</sup> De acordo com Rabello (2009), a Documentação é uma disciplina consolidada no século XX, influenciada pela Escola dos Annales. Um de seus principais precursores foi o advogado belga Paul Otlet, que publicou o "Traité de Documentation", em 1934, obra que marcou a fundamentação científica da disciplina. A Documentação reforçou a ampliação da noção de 'documento', que, antes, era limitada apenas aos registros textuais.

<sup>4</sup> Disponível em: [http://legado.vitoria.es.gov.br/regionais/geral/regiao\\_administrativa/RA\\_AREA\\_abril2014.pdf](http://legado.vitoria.es.gov.br/regionais/geral/regiao_administrativa/RA_AREA_abril2014.pdf). Acesso em: 22 out. 2019.

(2007), a diferença entre ambas está na natureza das fontes de dados. Enquanto a pesquisa bibliográfica é baseada em material constituído, principalmente, de livros e artigos científicos, a pesquisa documental se utiliza de material que não foi analisado ou que ainda pode ser reelaborado de acordo com os objetivos da pesquisa. Dentre os exemplos de fontes da pesquisa documental estão os documentos oficiais e as fotografias. (GIL, 2007).

Caracteriza-se como material básico desta pesquisa a seleção dos representantes digitais da coleção fotográfica 'Jerônimo de Souza Monteiro' (APEES), pois foi a partir dessas fotografias que se tornou possível o (re)conhecimento dos imóveis históricos do Centro de Vitória (ES). Quanto à pesquisa bibliográfica, utilizou-se referências tanto impressas quanto em ambiente digital, dentre essas, destacam-se as da Secretaria de Estado da Cultura (SECULT). Em complemento, mas não menos importante, cita-se a orientação fornecida pelo servidor Tiago de Matos Alves (APEES) sobre a origem e a custódia da referida coleção.

Trata-se de uma pesquisa pautada no método qualitativo que, segundo Gerhardt e Oliveira (2009), envolve enfoque na interpretação do objeto, valoriza o contexto do objeto pesquisado, aproxima o pesquisador em relação aos fenômenos estudados e utiliza várias fontes de dados. Por meio desse método, o ponto de vista do pesquisador é interno à organização, sendo o quadro teórico e as hipóteses menos estruturados.

Em um primeiro momento, apresenta aspectos contextuais para compreender a produção, preservação e disponibilização dos registros fotográficos que são utilizados como fontes de informação no atual estudo. Além disso, aborda a relação entre fotografia e história (arquitetônica) da capital capixaba. Por fim, traz elementos de conjuntura relacionados à transformação urbana na capital capixaba para proceder com a descrição das obras arquitetônicas selecionadas.

Percebeu-se que, a partir das fotografias oficiais do governo estadual, custodiadas pelo Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, são possíveis a iden-

tificação, indagação e o (re)conhecimento da história e dos aspectos arquitetônicos de espaços e edifícios públicos do Centro de Vitória no início do Novecentos.

### A capital capixaba no início do século XX: apontamentos sobre a coleção fotográfica 'Jerônimo de Souza Monteiro'

No início do século xx, a classe política brasileira inspirava-se no processo de modernização urbana empreendido na Europa, sobretudo na capital da França, para afirmar ao exterior a imagem progressista do “novo” Brasil republicano. Segundo Ferreira (2009), algumas cidades brasileiras tentaram adotar o estilo urbano parisiense, desde a arquitetura da cidade até o comportamento social da população.

A transformação urbana iniciada na cidade do Rio de Janeiro<sup>5</sup>, capital federal à época, influenciou o movimento de modernização em capitais de outros estados, como, por exemplo, na cidade de Vitória (ES). Nesse contexto, é que se observa a atuação de Jerônimo de Souza Monteiro frente às alterações executadas na capital capixaba.

As informações sobre essas práticas podem ser recuperadas por meio de diferentes fontes, dentre as quais, as fotografias. Na visão de Carvalho et al. (1994), a capacidade de referência do registro fotográfico frente às transformações urbanas possibilita a comparação do presente com o passado.

[...] é interessante notar que a referência à preservação do passado urbano diz respeito não à preserva-

5 Segundo Azevedo (2003), a modernização da cidade do Rio de Janeiro aconteceu na gestão municipal de Francisco Franco Pereira Passos (1902-1906). Tal processo, iniciado em 1903, e finalizado em 1906, resultou na remodelação, ampliação ou construção de edifícios e vias públicas inspiradas na cidade de Paris. A modernização do Rio de Janeiro é um assunto controverso, pois, se por um lado melhorou a infraestrutura e a vida social da cidade, por outro, desabrigou grande número de famílias, com a extinção dos cortiços. Além disso, houve na cidade carioca a descaracterização da paisagem natural e a destruição de várias obras arquitetônicas de grande valor histórico e artístico.

ção de fato de estruturas urbanas ou arquitetônicas históricas e sim à sua imagem no registro fotográfico. Registro este que serve, inclusive, para suscitar espanto no leitor frente às mudanças ocorridas, que podem ser atestadas como índice de progresso. (CARVALHO et al., 1994, p. 258).

Desse modo, pode-se afirmar que a fotografia é uma importante fonte de informação, tanto pela sua potência informativa quanto ilustrativa, possibilitando o (re)conhecimento de bens arquitetônicos que foram destruídos e os que ainda permanecem no cenário urbano das cidades.

Os registros fotográficos referentes ao governo de Jerônimo de Souza Monteiro (1908-1912) são custodiados pelo Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES) e integram uma coleção<sup>6</sup> composta por 424 itens produzidos pelo governo estadual capixaba na primeira fase da República no Brasil.

O acervo fotográfico “Jerônimo de Souza Monteiro” contém representações sobre obras de governo, paisagens de municípios capixabas e eventos políticos ou comemorativos ocorridos durante a gestão dos ex-governadores capixabas: Henrique da Silva Coutinho (1904-1908), Jerônimo de Souza Monteiro (1908-1912), Marcondes Alves de Souza (1912-1916), Bernardino de Souza Monteiro (1916-1920), Nestor Gomes (1920-1924), Florentino Avidos (1924-1928), Aristeu Borges de Aguiar (1928-1930) e João Punaro Bley (1930-1935).

Os registros fotográficos da coleção 'Jerônimo Monteiro' foram extraídos de mensagens e relatórios de governo. Esses documentos, de caráter administrativo e publicitário, foram produzidos como forma de prestação de contas das gestões ao antigo Congresso Legislativo Estadual. Além disso, serviam como elementos ilustrativos dos eventos ocorridos durante o mandato de cada governador.

6 No atendimento ao usuário, verificou-se que o APEES considera o acervo fotográfico 'Jerônimo de Souza Monteiro' como coleção fotográfica. Tal tratamento seria justificado pela forma como as fotografias foram organizadas. Segundo os atuais preceitos da Arquivologia, o acervo caracteriza-se mais como coleção do que como fundo arquivístico.

Sobre a autoria das fotografias da coleção 'Jerônimo de Souza Monteiro', principalmente as utilizadas no atual estudo, não foram identificadas assinaturas ou iniciais que pudessem auxiliar nessa comprovação. No entanto, a partir dos estudos realizados por Lopes (2002) sobre a história da fotografia capixaba, entre 1850 e 1950, verifica-se que, na gestão Jerônimo Monteiro, o italiano Alberto Lucarelli tornou-se fotógrafo oficial do Estado. Conforme apresentado pela autora, ao longo dos 30 anos que permaneceu no cargo, Alberto Lucarelli documentou aspectos políticos, geográficos, sociais, e a infraestrutura urbana de várias cidades capixabas, principalmente, a de Vitória.

Quanto ao tratamento técnico da coleção, o Arquivo Público do Estado digitalizou as mensagens de governo com as fotografias em uma tentativa de preservação e acesso mais fácil ao público. As digitalizações podem ser encontradas no sítio eletrônico do órgão, na seção 'Biblioteca Digital', link 'Relatórios e Mensagens'<sup>7</sup>, e também, na aplicação *Web* de descrição arquivística internacional *Access to Memory* (AtoM) da instituição<sup>8</sup>.

Além dos documentos de governo, o APEES promoveu outro trabalho de digitalização, desta vez, voltado apenas aos registros fotográficos contidos nas mensagens e relatórios dos ex-governadores<sup>9</sup>. As fotografias digitalizadas foram separadas e armazenadas no sistema eletrônico da instituição, dispostas em melhor qualidade de imagem digital. Foi a partir dessa atividade que, de fato, surgiu a coleção fotográfica 'Jerônimo de Souza Monteiro', o que contribuiu para a preservação e melhor condição de acesso aos registros fotográficos por meio de representantes digitais.

7 Disponível em: <https://ape.es.gov.br/relatorios-e-mensagens-2>. Acesso em: 20 jul. 2019.

8 Disponível em: <http://atom.ape.es.gov.br/index.php/jeronimo-monteiro>. Acesso em: 8 dez. 2019.

9 Conforme orientação do historiador Tiago de Matos Alves, do APEES, não se sabe exatamente quando a atividade ocorreu. Estima-se que o trabalho de digitalização tenha ocorrido na década de 2000. No entanto, não há registros dessa atividade na instituição.

Em relação ao título para identificação da coleção fotográfica, não há, no plano de atividades do APEES, registros que indiquem o motivo da escolha do nome Jerônimo de Souza Monteiro. Conforme orientação apresentada pela instituição há duas hipóteses relacionadas à questão.

A primeira é baseada na comparação da quantidade de fotografias produzidas por cada ex-governador, sendo que a gestão Jerônimo Monteiro (1908-1912) foi a que mais produziu registros dessa natureza. Em relação à segunda hipótese, é considerada a criação, em 1908, do Arquivo Estadual como repartição pública destinada ao recolhimento de registros políticos, judiciários, histórico-geográficos, literários e artísticos<sup>10</sup>. Portanto, pode-se pensar que, por conta da criação do Arquivo Público Estadual, a figura de Jerônimo de Souza Monteiro tenha sido privilegiada para representar a coleção fotográfica referente à gestão dos ex-governadores capixabas, entre os anos 1900 e 1930. Porém, ressalta-se que essa é apenas uma hipótese.

Pela leitura dos registros fotográficos da gestão Jerônimo Monteiro, percebe-se que houve grande produção de fotografias relacionadas às transformações urbanas da capital capixaba, as quais retratam edifícios, espaços públicos, entre outras obras. Em função disso, é possível, na atualidade, o (re)conhecimento dos imóveis que compunham o Centro de Vitória<sup>11</sup> no início do século xx.

Após a apresentação de aspectos gerais de conjuntura para alocação das fontes de informação utilizadas nesse estudo, bem como para compreensão de sua produção e tratamento documental para disponibilização realizado pelo APEES, passa-se a descrição



Figura 1 - Igreja da Misericórdia (à esquerda) e Igreja Matriz (ao fundo), Jardim do Palácio Anchieta (à direita), 1908. Título da fotografia atribuído pelo autor. Fonte: Coleção fotográfica 'Jerônimo de Souza Monteiro' (APEES). Código de referência da fotografia no acervo digital do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo - JM 357.

<sup>10</sup> Disponível em: <https://ape.es.gov.br/quem-somos>. Acesso em: 20 jul. 2019.

<sup>11</sup> Região da ilha de Vitória onde se desenvolveu intensamente o comércio, a habitação, e a administração pública da capital capixaba. Segundo a Prefeitura Municipal de Vitória (PMV), a região do Centro compreende a área dos bairros: Centro, Fonte Grande, Ilha do Príncipe, Moscoso, Parque Moscoso, Piedade, Santa Clara e Vila Rubim. Disponível em: [https://www.vitoria.es.gov.br/arquivos/20180627\\_seminario\\_pdu\\_final.pdf](https://www.vitoria.es.gov.br/arquivos/20180627_seminario_pdu_final.pdf). Acesso: 22 out. 2019.



Figura 2 - (JM 420) Antigo Congresso Legislativo Estadual, 1911. Pela fotografia, percebe-se que, na fachada do Congresso Legislativo Estadual, há a inscrição 1892, que pode significar o ano de inauguração do edifício. Caso o prédio do antigo Congresso Legislativo Estadual tivesse sido poupado da demolição, atualmente, ele estaria situado aos fundos do Fórum Criminal Desembargador José Mathias de Almeida Neto, na Cidade Alta. A fachada e a lateral direita do edifício seriam voltadas, respectivamente, às atuais ruas Muniz Freire e Dr. José Benjamim Costa. Fonte: Coleção fotográfica 'Jerônimo de Souza Monteiro' (APEES).

dos imóveis ausentes e permanentes, e as ações que resultaram na sua destruição, modificação e/ou preservação<sup>12</sup>.

Para a identificação dos logradouros históricos do Centro da capital capixaba a partir da coleção fotográfica 'Jerônimo de Souza Monteiro', as fotografias utilizadas nos próximos itens fazem parte, originalmente, dos documentos: 'Exposição Sobre

os Negócios do Estado no Quatriennio de 1909 a 1912 pelo Exm. Sr. Dr. Jeronymo Monteiro' (1913)<sup>13</sup> e 'Indicador Ilustrado do Estado do Espirito Santo' (1910)<sup>14</sup>.

12 A sequência das obras arquitetônicas do Centro de Vitória, a partir das fotografias, foi uma escolha dos autores, sendo baseada na ordem das referências bibliográficas encontradas.

13 Título do documento conforme a grafia da época.

14 Título do documento conforme a grafia da época.

## Persistências pela fotografia: os bens arquitetônicos ausentes do Centro de Vitória (ES)

Na atualidade, é possível identificar, por meio dos registros fotográficos custodiados pelo APEES, que vários edifícios presentes no início do século XX não integram mais a paisagem do Centro de Vitória. Um exemplo de imóvel histórico perdido foi a Igreja da Misericórdia. Segundo Elton (1987), essa obra foi edificada em 1605, próxima ao Palácio do Governo e à Igreja de São Tiago.

Obra jesuítica de traços singelos, a Igreja da Misericórdia serviu de espaço para ritos católicos por mais de trezentos anos. Em abril de 1911, por ordem do Governo Estadual, a referida igreja foi demolida. O local onde existiu o templo foi reaproveitado para a construção da nova Assembleia Legislativa Estadual. (ELTON, 1987, p. 44).

O Congresso Legislativo Estadual<sup>15</sup> foi outro imóvel não poupado da destruição. Entretanto, resistiu por décadas, abrigando partes do Poder Judiciário Estadual, como, por exemplo, o Fórum da Capital. Ao abordar a história das sedes da instituição, o Ministério Público do Espírito Santo (2013) faz a seguinte menção sobre o Congresso Legislativo:

O Tribunal de Justiça foi transferido, em 1912, para o andar superior do antigo edifício do Congresso Legislativo, permanecendo nesse endereço durante 50 anos. Na parte inferior do prédio, foi instalado o Fórum da Capital. [...] No governo de Nestor Gomes, o prédio passou por reparos e foi dotado de uma instalação mobiliária condizente com a dignidade e respeitabilidade da mais elevada corporação do Poder Judiciário no Estado. Situado na Rua da Assembleia (atual Muniz Freire), o casarão, que abrigara a Cadeia Pública, a Imprensa Estadual e a Prefeitura de Vitória, foi demolido em 1964, para,

15 Não confundir com a Assembleia Legislativa Estadual, pois são entidades e prédios distintos.

no local, ser construído o Palácio da Justiça. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESPÍRITO SANTO, 2013, p. 3-4).

Também retratado fotograficamente no governo de Jerônimo de Souza Monteiro, o Teatro Melpômene foi o primeiro teatro municipal de Vitória, situado na área da atual Praça Costa Pereira<sup>16</sup>.

Segundo Favoreto (2017), o Melpômene foi inaugurado na noite de 22 de maio de 1896. De estilo neoclássico, o edifício era todo construído em madeira de pinho-de-riça, sustentado por colunas de ferro. Desde sua inauguração, o Teatro funcionou sem grandes problemas. Entretanto, em 1924, um princípio de incêndio marcou sua história para sempre.

Como que para satisfazer a Deusa Melpômene, musa da tragédia grega que Ihe havia emprestado o nome, na noite de 08 de outubro de 1924, por volta das 20 horas, durante a exibição do Filme "Ordens Secretas", um princípio de incêndio trouxe pânico ao público que, desesperado pela possibilidade de fogo em um edifício todo em madeira, precipitou-se pelas saídas do Teatro causando ferimento em várias pessoas. (FAVORETO, 2017, p. 109).

Desde o referido princípio de incêndio, o Teatro Melpômene não mais abrigou atividades culturais. Entre 1924 e 1925, o prédio passou a sediar os Serviços de Melhoramento de Vitória, empresa criada para urbanização da capital capixaba. Com o novo arruamento da Praça Costa Pereira, o Melpômene prejudicaria o acesso às ruas Graciano Neves e Sete de Setembro. Por isso, em 1925, a administração estadual não escolheu outro destino ao imóvel senão a demolição. Uma observação a ser feita é que tanto o madeiramento quanto as colunas de ferro fundido do Teatro Melpômene foram aproveitados na construção do seu sucessor: o Teatro Carlos Gomes. (FAVORETO, 2017, p. 111).

Outro imóvel a ser observado é o do Quartel de Polícia Militar ou Quartel do Moscoso, como era

16 À época, chamada de Praça da Independência.

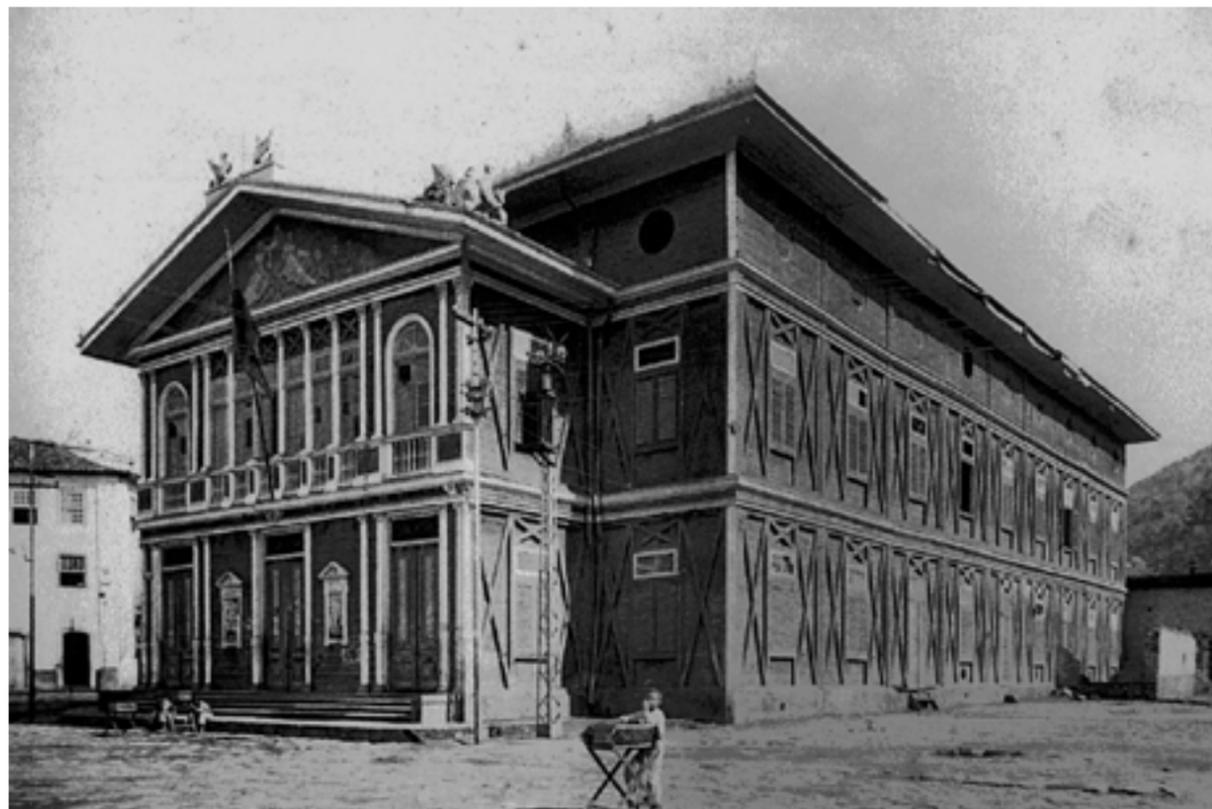


Figura 3 - (IIES-022) Fachada e lateral do Teatro Melpômene, 1910. Fonte: Indicador Ilustrado do Estado do Espírito Santo (1910).

conhecido popularmente. Conforme Oliveira (2017), o Quartel do Moscoso foi construído em 1896, na região do Campinho (Parque Moscoso). O prédio foi, por décadas, a principal referência de guarnição militar na capital capixaba. A partir da mudança da sede do Quartel Militar para o bairro de Maruípe, em 1953, o Quartel do Moscoso ficou abandonado. Em 1957, por ordem da administração estadual, houve a demolição do edifício, sendo o terreno entregue ao Serviço Social do Comércio (SESC), para construção de sua futura sede (OLIVEIRA, 2017, p. 337). Conforme a fotografia a seguir, o Quartel do Moscoso era marcado por traços que remetiam à arquitetura das fortalezas medievais.

Mesmo com perdas irreparáveis de imóveis que, hoje, poderiam ser integrados ao conjunto de bens arquitetônicos de Vitória, vários prédios e espaços públicos foram preservados. Seja por meio de Lei pre-

servacionista ou pelo acaso, percebe-se que, principalmente, as obras arquitetônicas erguidas ou modificadas na gestão Jerônimo Monteiro continuam a fazer parte do cenário urbano da capital do Espírito Santo<sup>17</sup>.

### Entre os limites das transformações: a permanência de fotografias e edificações

Como observado, deve-se levar em consideração que, até 1974, ano de criação do Conselho Estadual de Cultura (atual Secretaria de Estado da Cultura), muitas obras arquitetônicas do Centro de Vitória já haviam sido destruídas. Talvez, por isso, várias das obras ar-

<sup>17</sup> Essa é apenas uma constatação feita por meio dos registros da coleção fotográfica 'Jerônimo de Souza Monteiro'. Ressalta-se que, neste estudo, não houve em momento algum o desejo de enaltecer a figura do ex-governador.

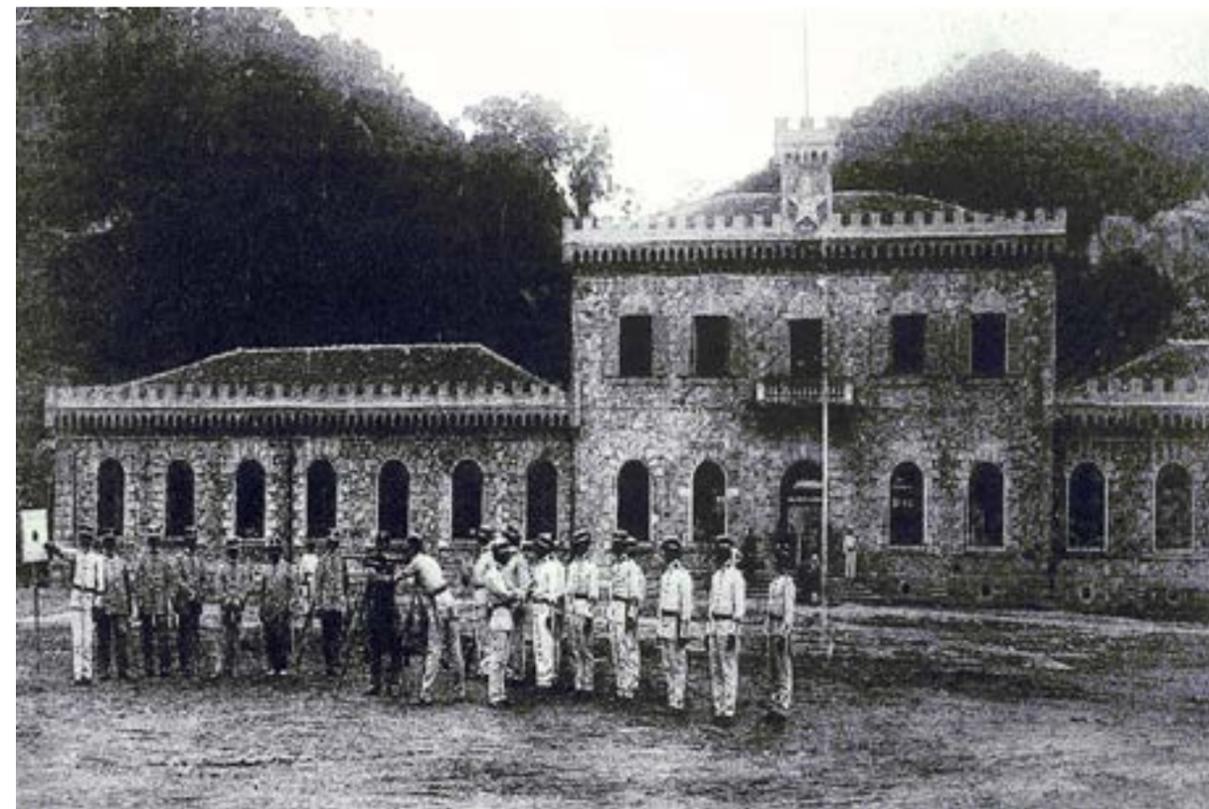


Figura 4 - (IIES-020) Parte da Fachada do Quartel de Polícia Militar, 1910. Fonte: Indicador Ilustrado do Estado do Espírito Santo (1910).

quitetônicas remanescentes que passaram a ser valorizadas como integrantes do patrimônio arquitetônico de Vitória foram, inegavelmente, construídas ou remodeladas na gestão de Jerônimo Monteiro (1908-1912). Portanto, configuradas a partir de uma realidade material e espaço-temporal específicas.

Dos imóveis do Centro de Vitória que permaneceram ilesos à destruição, o Palácio Anchieta foi um dos primeiros a ser modificado na gestão Jerônimo Monteiro. Identificado no acervo fotográfico ainda em sua disposição original, o edifício é retratado com o anexo usado pelo governo estadual e a Igreja de São Tiago.

De acordo com Elton (1987), o atual Palácio Anchieta resulta de duas grandes obras arquitetônicas jesuíticas no Espírito Santo: a Igreja de São Tiago e o Colégio dos Meninos de Jesus. A Igreja de São Tiago,

erguida junto ao Colégio, foi inaugurada em 25 de julho de 1551. Ao longo de sua história, o templo jesuítico recebeu várias intervenções arquitetônicas, principalmente, por ter sido afetado por incêndios. Desde o período colonial, o edifício do Colégio dos Meninos de Jesus serviu como sede do Governo.

A disposição física atual do Palácio Anchieta é resultado de obras contínuas de remodelação arquitetônica dos anexos da Igreja e do Colégio dos Jesuítas, ocorridas a partir do século XX. A Secretaria de Estado da Cultura (2009) aborda a drástica e sucessiva transformação arquitetônica de toda a edificação, iniciada na gestão Jerônimo Monteiro.

Contudo, será o século XX o tempo da definitiva destruição da obra jesuítica mais importante no Espírito Santo. Empreendido no governo do presi-



Figura 5 - (IIES-016) Palácio do Governo e Igreja de São Tiago, 1910. Fonte: Indicador Ilustrado do Estado do Espírito Santo (1910).

dente de estado Jerônimo Monteiro, o projeto de reconstrução de Justin Norbert abrange o conjunto de colégio, igreja e escadaria, e estará concluído em 1922, quando o presidente coronel Nestor Gomes autoriza a demolição da segunda torre da igreja de São Tiago. Complementarmente, e de pequeno impacto na configuração do novo edifício, o presidente Florentino Avidos autoriza a ampliação e o aproveitamento da ala térrea voltada para o largo Afonso Brás, posteriormente Praça João Clímaco, sobretudo de seu subsolo (SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, 2009, p. 508).

Segundo Elton (1987), após a conclusão das reformas ocorridas entre as décadas de 1900 e 1920, o Palácio Anchieta adquiriu traços da arquitetura eclética. O edifício passou a servir apenas ao funcionamento das repartições públicas do Governo Estadual.

Considerado bem arquitetônico do Centro de Vitória, o Palácio Anchieta, situado à Praça João Clímaco, foi tombado através da Resolução nº 2/1983, pelo Conselho Estadual de Cultura. Esse está inscrito no Livro do Tombo Histórico sob o nº 23, folhas 3v e 4. (SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, 2009, p. 506).

O Convento de Nossa Senhora do Monte Carmo também sofreu mudanças arquitetônicas drásticas. Porém, o edifício principal e a capela-mor permaneceram preservados. Canal Filho *et al.* (2010, p. 28) explicam que o Convento do Carmo: “[...] foi fundado em 1682, possivelmente substituindo uma pequena igreja existente no local”.

Do século XVII até o XIX, o Convento do Carmo vivenciou diversos desgastes tanto arquitetônicos quanto administrativos. Por conta da diminuição consecutiva do número de religiosos à frente da insti-



Figura 6 - (JM 049) Capela-mor e anexo do Convento de Nossa Senhora do Monte Carmo em reforma, s/d. A imagem traz uma montagem fotográfica com o antes e o depois da reforma da Igreja e Convento de Nossa Senhora do Monte Carmo. Optou-se por separar a comparação e expor apenas a primeira figura, para melhor visualização do leitor. Fonte: Coleção fotográfica 'Jerônimo de Souza Monteiro' (APEES).

tuição, os edifícios do convento caíram em abandono (CANAL FILHO *et al.*, 2010, p. 35-36). Consequentemente, a edificação serviu a outros usos, como, por exemplo, o militar. Na segunda metade do século XIX, anexos do Convento do Carmo abrigaram o alojamento da Companhia de Guarnição (ELTON, 1987, p. 54).

A ordem de desocupação do Carmo ocorreu em 14 de dezembro de 1896, conforme o pedido da recém-criada Diocese do Espírito Santo. (CANAL FILHO *et al.*, 2010, p. 38). Entretanto, a entrega definitiva do imóvel pela Companhia de Guarnição só foi realizada em 1911. Neste período, foi executada a obra de reforma da capela-mor, chamada à época de Carmo Grande<sup>18</sup>, sendo todo o imóvel designado de Episcopal

Santuário de Nossa Senhora Auxiliadora<sup>19</sup>, por Dom João Batista Correa Néri (ELTON, 1987, p. 55).

No início do Novecentos fundou-se, no anexo do antigo convento, o Colégio de Nossa Senhora Auxiliadora, mais conhecido como Colégio do Carmo. Sob responsabilidade de freiras vicentinas, a instituição tornou-se referência histórica na educação da sociedade capixaba (SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, 2009, p. 435-438). Em 1910, a diocese, dirigida por Dom Fernando de Souza Monteiro, irmão de Jerônimo Monteiro, promoveu grande reforma no Convento do Carmo, acrescentando ao edifício principal mais um andar (ELTON, 1987, p. 56).

<sup>18</sup> Até os dias atuais, o templo é popularmente chamado de Capela ou Igreja do Carmo.

<sup>19</sup> A escolha de outro nome para o antigo Convento do Carmo deu-se pela devoção de Dom Batista Neri ao título mariano de Nossa Senhora Auxiliadora.



Figura 7 - (IIES-081) Ateneu Estadual sob a denominação Escola Modelo Jeronymo Monteiro, 1910. Fonte: Indicador Ilustrado do Estado do Espírito Santo (1910).

Em 1913, o Carmo Grande sofreu uma remodelação completa, adquirindo o aspecto que possui até hoje. O edifício de traços coloniais tornou-se uma obra eclética, com predominância do estilo neogótico (SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, 2009, p. 438). Por conta da reforma, destruiu-se a Capela da Ordem Terceira<sup>20</sup> situada ao lado da igreja conventual. As obras de remodelação ficaram sob responsabilidade do arquiteto ítalo-capixaba André Carloni<sup>21</sup> (ELTON, 1987, p. 56).

20 Em sua disposição original, o Convento do Carmo possuía residência, igreja conventual e Capela da Ordem Terceira dos Carmelitas. Nas reformas ocorridas entre 1910 e 1913, a capela da Ordem Terceira acabou sendo demolida (SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, 2009, p. 438). Durante sua passagem pelo Espírito Santo, em 1860, Dom Pedro II, em seu diário de bolso, menciona a capela da Ordem Terceira e elogia o Carmo Grande: “[...] a capela dos 30s. ao lado da igreja a mais bonita que visitei [...]” (ELTON, 1987, p. 53).

21 Segundo a Secretaria de Estado da Cultura (2009), André Carloni foi um influente construtor autodidata ítalo-capixaba, reconhecido a partir dos empreendimentos arquitetônicos ocorridos na gestão Jerônimo Monteiro. Agiu diretamente na construção de vários edifícios,

Considerado bem arquitetônico do Centro de Vitória, o Convento do Carmo foi tombado através da Resolução nº 2/1984, pelo Conselho Estadual de Cultura. O imóvel, situado à Praça Irmã Josepha Hozanah, está inscrito no Livro do Tombo Histórico sob o nº 75, folhas 8v e 9 (SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, 2009, p. 439).

Outra obra arquitetônica histórica salva da destruição, mas não da modernização, foi o prédio da atual Escola Estadual de Ensino Médio Maria Ortiz. O edifício original, pavilhão assobradado em estilo colonial simples, foi erguido e inaugurado em 1892, para o funcionamento do Ateneu Provincial<sup>22</sup>. Após

atualmente, valorizados como bens arquitetônicos de Vitória. Foi também representante do antigo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) no Espírito Santo.

22 Instituição de ensino criada pelo ex-governador José de Melo Carvalho Moniz Freire, por meio do Decreto estadual nº 4, de 4 de junho de 1892 (BARRETO, 2007, p. 4).



Figura 8 - (JM 011) Lateral da Assembleia Legislativa ainda em construção, janeiro de 1912. Fonte: Exposição Sobre os Negócios do Estado no Quatriennio de 1909 a 1912 pelo Exm. Sr. Dr. Jeronymo Monteiro (1913).

as reformas de ampliação e remodelação do prédio, ocorridas durante 1911 e 1912<sup>23</sup>, o Ateneu passou a denominar-se Escola Normal do Espírito Santo<sup>24</sup> (SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, 2009, p. 447). O edifício localiza-se ao lado do Palácio Anchieta e possui as mesmas características arquitetônicas adquiridas na gestão Jerônimo Monteiro.

Considerado bem arquitetônico do Centro de Vitória, a Escola Maria Ortiz foi tombada através da

23 No livro Patrimônio Cultural do Espírito Santo: Arquitetura, a Secretaria de Estado da Cultura (2009) pode ter se equivocado sobre o período das transformações arquitetônicas do edifício da Escola Normal. Na leitura, entende-se que as obras de remodelação foram iniciadas em 1908 e terminaram em 1912, fato que, pelas fotografias, apresenta dúvida razoável, comprovado como incorreto.

24 A Escola Normal do Estado do Espírito Santo recebeu este nome por seguir o currículo positivista de ensino secundário das escolas normais (BARRETO, 2007, p. 2). Entretanto, ao contrário das escolas normais provinciais, o ensino da Escola Normal do Espírito Santo voltou-se apenas à instrução de jovens do sexo feminino (BARRETO, 2007, p. 3).

Resolução nº 2/1983, pelo Conselho Estadual de Cultura. O imóvel, à Rua Francisco Araújo, está inscrito no Livro do Tombo Histórico, sob o nº 26, folhas 3v e 4. (SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, 2009, p. 451).

Aproveitando-se o terreno, algumas paredes e alicerces da antiga Igreja da Misericórdia, houve a construção do prédio da Assembleia Legislativa Estadual, atual Palácio Sônia Cabral. Projetado em 1908, por André Carloni, o edifício foi inaugurado em 1912, sendo uma obra arquitetônica fortemente inspirada no ecletismo europeu (SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, 2009, p. 515). O Palácio Domingos Martins, denominação do imóvel mais conhecida popularmente<sup>25</sup>, possui a icônica cúpula que chama a aten-

25 Desde que foi edificado, o prédio da antiga Assembleia Legislativa do Espírito Santo (ALES) foi denominado Palácio Domingos Martins. Após a desativação do prédio em meados da década de 1990, o Palácio caiu em esquecimento. Só foram efetivadas obras de reforma e restau-



Figura 9 - (JM 351) Jardim do Palácio já inaugurado, local onde ficava o Largo Afonso Brás, 1911. A imagem traz uma montagem fotográfica com o antes e o depois da construção do Jardim do Palácio. Optou-se por separar a comparação e utilizar apenas a segunda figura, para melhor visualização do leitor. Fonte: Coleção fotográfica 'Jerônimo de Souza Monteiro' (APEES).

ção de quem passa próximo ao conjunto de imóveis históricos situados na Cidade Alta<sup>26</sup>.

Entre 1930 e 1935, o edifício passou por algumas reformas para reforço da estrutura. Obras de maior impacto ocorreram em 1967, com a construção de um anexo, na fachada da Rua Muniz Freire, além de grande modificação da estrutura interna e criação de pavi-

mento térreo sob a fachada da Rua Pedro Palácios. Em 1985, foram retomadas obras de modificação do Palácio Legislativo<sup>27</sup>, com o objetivo de aumento do número de salas. (SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, 2009, p. 516). Por mais que a estrutura interna do edifício tenha sofrido grandes mudanças, as fachadas externas<sup>28</sup> apresentam-se com o estilo original preservado.

Considerado bem arquitetônico do Centro de Vitória, o Palácio Domingos Martins, atual Palácio Sônia Cabral, foi tombado através da Resolução nº 2/1983, pelo Conselho Estadual de Cultura. O imóvel, situado à Praça João Clímaco, está inscrito no Livro do Tombo Histórico sob o nº 24, folhas 3v e 4. (SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, 2009, p. 516).

27 Outra denominação histórica do imóvel.

28 Diz-se no plural, pois o edifício apresenta riqueza de detalhes em todos os lados de sua estrutura externa. Há uma fachada voltada ao Palácio Anchieta, outra, à Rua Pedro Palácios.

ração a partir dos anos 2010. Por meio da Lei Estadual nº 9.998, de 26 de março de 2013, o edifício foi renomeado como Palácio da Cultura Sônia Cabral, representando uma nova fase de uso e preservação do imóvel.

26 Só no perímetro da Cidade Alta há concentração dos seguintes imóveis, hoje, classificados como bens do patrimônio histórico de Vitória: a Capela de Nossa Senhora das Neves, a Capela de Santa Luzia, a Catedral Metropolitana de Vitória, o Casarão da família Cerqueira Lima (atual Biblioteca Municipal de Vitória), o Convento de São Francisco (sede da Cúria Metropolitana de Vitória), a Escadaria Barbara Lindenberg (Escadaria do Palácio Anchieta), a Escadaria Maria Ortiz, a Escadaria São Diogo, a Escola Maria Ortiz, a Igreja de São Gonçalo, o Palácio Anchieta, o Palácio Sônia Cabral, a Praça João Clímaco, e o Viaduto do Caramuru.

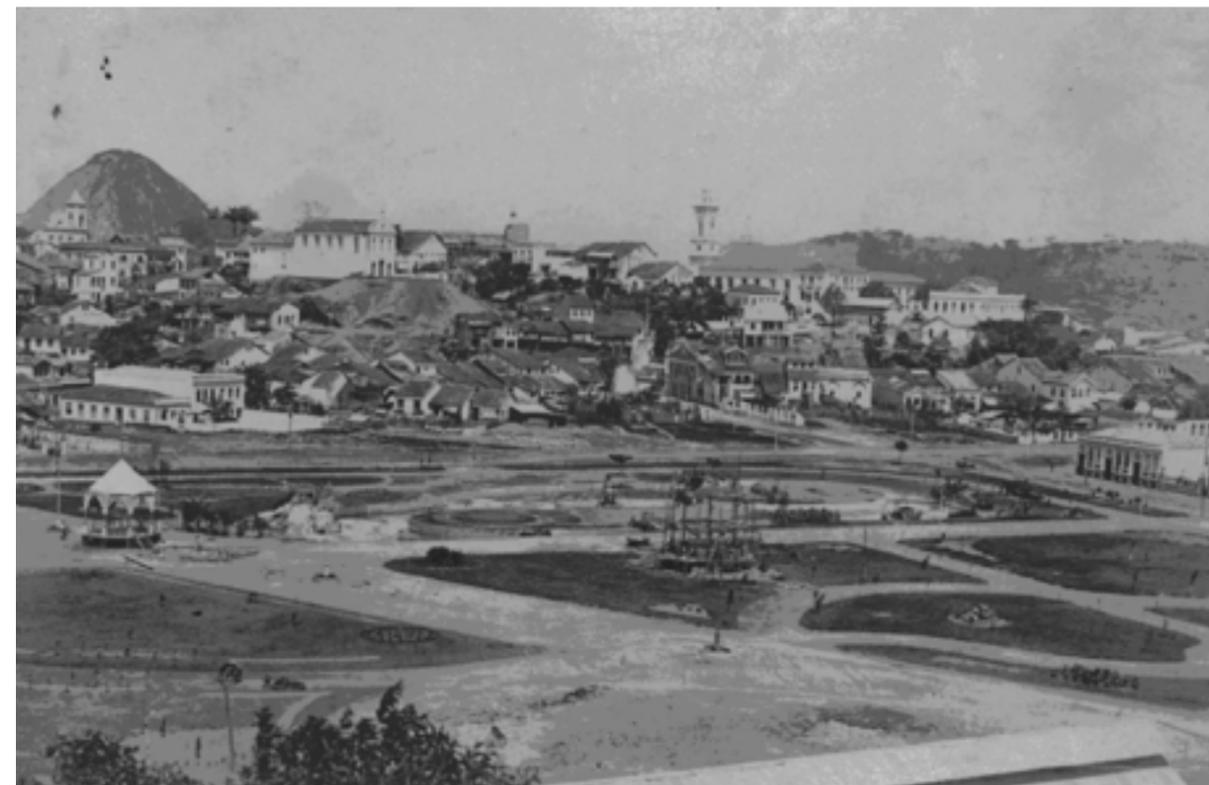


Figura 10 - (AJM-05) Parque Moscoso ainda em fase de conclusão das obras, s/d. Fonte: Coleção fotográfica 'Jerônimo de Souza Monteiro' (APEES).

Espaços públicos para o lazer foram pensados na gestão Jerônimo Monteiro. Ao abordar a história da antiga Assembleia Legislativa Estadual, a Secretaria de Estado da Cultura (2009) cita a atual Praça João Clímaco.

Erguido no sítio da igreja da Misericórdia, em terreno situado na ponta de um dos quarteirões mais antigos de Vitória, junto com o conjunto urbano configurado pela Praça João Clímaco, o Palácio Anchieta, a Escola Maria Ortiz, o edifício do Palácio Domingos Martins é expressão estética do projeto modernizador empreendido na cidade durante a primeira metade do século XX [...] Do conjunto, a praça João Clímaco é a primeira a receber intervenção de embelezamento de Vitória, em 1907 (SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, 2009, p. 515).

Inaugurada e retratada fotograficamente na gestão Jerônimo Monteiro, o local da Praça João Clímaco, historicamente chamado de Largo Afonso Brás, era, antes, ocupado por sobrados de estilo colonial. Após a liberação do terreno, foi construída a praça de tamanho modesto, disposta com coreto e jardim. Por estar em um terreno ao lado do Palácio do Governo, por muito tempo, o espaço ficou conhecido apenas como Jardim do Palácio.

O Parque Moscoso, bem como o jardim do Palácio do Governo, tornou-se uma importante obra arquitetônica pública para a capital capixaba. Ao abordar a política higienista no Centro de Vitória, Diniz e Ribeiro (2015) relatam as mudanças na área conhecida como Campinho e a significância da criação do Parque Moscoso.

O aterro e loteamento do Campinho, concluído em 1912 e a construção de casas para funcionários públicos em suas imediações foram as primeiras iniciativas do governo relacionadas à habitação para as classes populares na cidade. Dentro do contexto urbano as casas materializavam a parte privada da grande reforma que demonstrou a intenção ordenadora pelo traçado do novo arruamento e a criação do Parque Moscoso. O parque, projetado para deleite da população, era um jardim lúdico repleto de elementos artificiais inspirados na natureza (DINIZ; RIBEIRO, 2015, p. 4).

Tanto o Parque Moscoso quanto o jardim do Palácio foram espaços públicos projetados e inaugurados na gestão Jerônimo Monteiro. Ambas as obras se tornaram as principais opções de diversão e passeio populares na capital capixaba.

A disposição atual da Praça João Clímaco e do Parque Moscoso não é a original. Mesmo assim, alguns elementos arquitetônicos, como, por exemplo, estátuas, chafarizes/fontes, ou o próprio traçado arquitetônico foram preservados. Como observação, as duas obras não foram tombadas pelo Conselho Estadual de Cultura. Porém, quanto ao Parque Moscoso, deve-se lembrar que o Jardim de Infância Ernestina Pessoa<sup>29</sup> e a Concha Acústica<sup>30</sup>, obras arquitetônicas modernistas que integram a área original do parque, foram tombadas.

Dentre os 424 itens do acervo, justifica-se a escolha das fotografias acima devido à identificação

das obras arquitetônicas edificadas ou retratadas, fotograficamente, durante a gestão Jerônimo Monteiro. Por isso, vários imóveis históricos, atualmente, considerados como bens arquitetônicos permanentes do Centro de Vitória não foram abordados.

## Conclusões

Dentre os diversos elementos que podem ser retratados na imagem fotográfica, a arquitetura e a transformação urbana das cidades são facilmente encontradas, principalmente em registros fotográficos de cunho político-administrativo. Ao pesquisar a coleção fotográfica 'Jerônimo de Souza Monteiro', custodiada pelo Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, percebeu-se que houve destaque às transformações urbanas da cidade de Vitória, nas primeiras décadas do século XX.

Produzida a partir de registros administrativos de ex-governadores capixabas, na primeira fase da República no Brasil, a coleção fotográfica 'Jerônimo Monteiro' é fonte de informação e documento histórico sobre a história do estado do Espírito Santo. Dentre os diversos elementos retratados na referida coleção destacam-se os logradouros da capital capixaba. As transformações urbanas em Vitória, ocorridas na gestão Jerônimo Monteiro, foram impactantes e jamais vistas anteriormente pela comunidade local. Edificações e espaços públicos construídos, modificados ou destruídos durante o período estão documentados através das fotografias.

Através da preservação e disponibilização de documentos oficiais pelo Arquivo Público Estadual pôde-se comentar sobre as edificações e outras obras arquitetônicas do Centro de Vitória, entre os anos de 1908 e 1912.

Entende-se que a relação entre a coleção fotográfica 'Jerônimo de Souza Monteiro' e o Centro de Vitória está no contexto de registro (produção) e preservação das atividades de governo: enquanto registros administrativos, ou seja, documentos ar-

quivísticos, as fotografias foram capazes de ilustrar e auxiliar a construção da história/memória de edifícios e espaços públicos da região, no início do Novecentos.

O uso das fotografias do acervo fotográfico 'Jerônimo de Souza Monteiro' possibilitou, além da abordagem dos imóveis do Centro de Vitória, a observação da sobrecarga que o Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES) sofre em relação a suas próprias atividades. Observou-se que a coleção fotográfica ainda não foi descrita conforme a recente Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE).

Atividades que poderiam solucionar problemas tanto de organização física quanto de identificação de eventos retratados nessa coleção seriam: o novo arranjo dos itens fotográficos, organizando-se o acervo de acordo com o período da gestão de cada um dos ex-governadores capixabas; e a descrição arquivística segundo a NOBRADE. Desta forma, a coleção fotográfica 'Jerônimo de Souza Monteiro' seria melhor aproveitada enquanto fonte de pesquisa sobre a história política, artística, social e urbana capixaba.

## Referências

- AZEVEDO, André Nunes de. A Reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana. *Revista Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 10, p. 39-79, maio-ago., 2003. Disponível em: [http://www.forumrio.uerj.br/documentos/revista\\_10/10-AndreAzevedo.pdf](http://www.forumrio.uerj.br/documentos/revista_10/10-AndreAzevedo.pdf). Acesso em: 21 nov. 2019.
- BARRETO, Sônia Maria da Costa. A Escola Normal Dom Pedro II e a normalista capixaba nos anos 1920. *Revista Ágora*, Vitória, n. 6, p. 1-16, 2007. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/agora/article/view/1916/1428>. Acesso em: 3 set. 2019.
- CANAL FILHO, Pedro (org.) et al. *O Convento de Nossa Senhora do Monte Carmo*. Vitória em Monumentos. Série 1, v. 2, Vitória: EDUFES, 2010.
- CARVALHO, Vânia Carneiro de et al. Fotografia e História: ensaio bibliográfico. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v.2, n. 1, p. 253-300, 1994. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v2n1/a15v2n1.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2019.
- DINIZ, Luciana Nemer; RIBEIRO, Nelson Porto. Habitação Social e o Higienismo no Centro de Vitória – século XIX-XX. In: *Simpósio Nacional de História*, 28., jul. 2005, Florianópolis. Anais [...]. Florianópolis, 2005. Disponível em: [http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1438950961\\_ARQUIVO\\_ArtigoHabitacaoSocialHigienismoCentrodeVitoriaLucianaNemereNelsonPorto.pdf](http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1438950961_ARQUIVO_ArtigoHabitacaoSocialHigienismoCentrodeVitoriaLucianaNemereNelsonPorto.pdf). Acesso em: 15 jul. 2019.

ELTON, Elmo. *Velhos templos de Vitória & outros temas capixabas*. Vitória: Conselho Estadual de Cultura, 1987.

ESPÍRITO SANTO (Estado). *Exposição sobre os negócios do Estado no Quatriennio de 1909 a 1912 pelo Exm. Sr. Dr. Jeronymo Monteiro*. 1913. 482 p. Disponível em: <https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Mensagens/Jeronymo%20Souza%20Monteiro%20-%201913.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2019.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Lei Estadual nº 9.998, de 26 de março de 2013. Denomina Palácio da Cultura Sônia Cabral o antigo prédio da Assembleia Legislativa, na Praça João Clímaco, Cidade Alta, Vitória/ES. *Diário Oficial [do] Estado do Espírito Santo*, Vitória, ES, Seção 1, 27 mar. 2013. Disponível em: <http://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LO9998.html>. Acesso em: 29 jul. 2020.

FAVORETO, Diovani. 3º ATO: Melpômene, relatos históricos de um teatro efêmero. In: DANTAS, Colette (org.). *Revivendo o Melpômene*: cinco atos das memórias de um teatro de madeira. Vitória: Diálogo Comunicação e Marketing, 2017. p. 81-111.

FERREIRA, Gilton Luis. *Um desejo chamado metrópole: a modernização da cidade de Vitória no limiar do século XIX*. Orientadora: Maria da Penha Smarzaró Siqueira. 2009. 175 f. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) - Programa de Pós-Graduação em História das Relações Políticas, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009. Disponível em: [http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese\\_3568\\_Gilton\\_Luis\\_Ferreira.pdf](http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_3568_Gilton_Luis_Ferreira.pdf). Acesso em: 21 nov. 2019.

FILIPPI, Patrícia de; LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vânia Carneiro de. *Como tratar coleções de fotografias*. São Paulo: Arquivo do Estado: Imprensa Oficial do Estado, 2002. 100 p. Projeto como fazer, n. 4. Disponível em: [http://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas\\_colectao\\_como\\_fazer/cf4.pdf](http://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colectao_como_fazer/cf4.pdf). Acesso em: 10 jul. 2019.

CERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). *Métodos de Pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derado05.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2019.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LACERDA, Aline Lopes de. A fotografia nos arquivos: produção e sentido de documentos visuais. *História, Ciências, Saúde – Manuais*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 283-302, jan./mar., 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v19n1/15.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2019.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Coleção Repertórios. Campinas: UNICAMP, 1990. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/Hist%C3%B3ria-e-Mem%C3%B3ria.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2019.

LOPES, Almerinda da Silva. *Memória aprisionada: a visualidade fotográfica capixaba, 1850/1950*. Vitória: EDUFES, 2002.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESPÍRITO SANTO. *Sedes do Ministério Público do Espírito Santo*. Disponível em: <https://www.mpes.mp.br/>

29 Projeto do arquiteto Francisco Bolonha, de 1952. Possui traços abstratos e geométricos, sendo uma das obras da modernização estética de Vitória, proposta pelo ex-governador Jones dos Santos Neves (SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, 2009, p. 494). Atualmente, o edifício abriga a Escola de Ciência-Física de Vitória. Imóvel tombado pelo Conselho Estadual de Cultura. Resolução nº 7/1990, inscrição nº 175, fl. 29v e 30v, Livro do Tombo Histórico (SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, 2009, p. 492).

30 Projeto do arquiteto Francisco Bolonha, idealizado e construído em 1952. Possui traços modernistas em diálogo com o Jardim de Infância Ernestina Pessoa, outra obra do mesmo arquiteto (SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, 2009, p. 433). Imóvel tombado pelo Conselho Estadual de Cultura. Resolução nº 10/1986, inscrição nº 129, fl. 23v e 24, Livro do Tombo Histórico; e inscrição nº 64, fl. 15v e 16, Livro do Tombo das Belas Artes (SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, 2009, p. 430).

Arquivos/Anexos/6d1441b5-fe01-4f99-9652-4a0a2fd8d147.pdf. Acesso em: 10 maio 2019.

OLIVEIRA, Fabrício André de. Quartel do Moscoso: Uma História de Sessenta e Um Anos. In: Congresso Internacional UFES/Paris -Est, 6., 2017, Vitória. *Anais* [...]. Vitória: UFES, 2017. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/UFESUPEM/article/view/18052/12228>. Acesso em: 28 ago. 2019.

PIRES, Maria da Conceição Francisca. Vitória no Começo do Século XX: Modernidade e Modernização na Construção da Capital Capixaba. *SAECULUM: Revista de História*, João Pessoa, n. 14, p. 94-106, jan./jun. 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/view/11344/6458>. Acesso em: 29 jul. 2020.

RABELLO, Rodrigo. *A face oculta do documento: tradição e inovação no limiar da Ciência da Informação*. Orientador: José Augusto Chaves Guimarães. 2009. 331 p. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Esta-

dual Paulista, Marília, 2009. Disponível em: [https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/103372/rabello\\_r\\_dr\\_mar\\_prot.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/103372/rabello_r_dr_mar_prot.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 20 ago. 2019.

SATO, Larissa Ayumi. A fotografia como documento e fonte de pesquisa para a recuperação histórica da Colônia Esperança. *RESCATE*, v. 18, n. 19, p. 104-121, jan./jul., 2010. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/issue/view/1169/55>. Acesso em: 18 ago. 2019.

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA (Espírito Santo). *Patrimônio Cultural do Espírito Santo: Arquitetura*. Vitória: SECULT, 2009. Disponível em: [https://secult.es.gov.br/Media/secult/EDITAIS/102-Documento-1436796643-100-Documento-1436454022-56-Documento-1427918086-atlas-patrimonio%20\(1\).pdf](https://secult.es.gov.br/Media/secult/EDITAIS/102-Documento-1436796643-100-Documento-1436454022-56-Documento-1427918086-atlas-patrimonio%20(1).pdf). Acesso em: 7 abr. 2019.

Recebido em: 05/08/2020

Aprovado em: 11/09/2020

